

**ESTUDO DA AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
DESENVOLVIMENTO COMO INCLUSÃO SOCIOECONOMICA***STUDY OF FAMILY FARMING AND PUBLIC POLICIES FOR DEVELOPMENT AS A
SOCIO-ECONOMIC INCLUSION*

Autores: Yohane Figueira Honda¹, Miguel Gonçalves Sepêda Filho², Sérgio Castro Gomes³

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo acerca das políticas públicas territoriais que são direcionadas para produtores rurais e como estas políticas são concebidas para o espaço, de forma que promova a inclusão produtiva destes agricultores e contribua para redução da pobreza no meio rural. A política que trataremos destinada a agricultura: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE), ambas vêm possibilitando a inserção dos agricultores familiares nos mercados locais ou institucionais, contribuindo no aumento da renda e no desenvolvimento local sustentável. Como metodologia para realização do trabalho, deu partir do levantamento, organização e análise de dados secundários, como cartilhas e relatórios institucionais, além da revisão bibliográfica sobre o PAA e PNAE.

Palavras-chave: Políticas públicas, desenvolvimento local, agricultura familiar.

ABSTRACT

The present work it is a study of regional public policies that are directed to farmers and how these policies are designed for the space, so that promotes inclusion productive changes in the relations of farmers and contribute to poverty reduction through rural. The policy deal aimed at agriculture: Food Acquisition Program (PAA) and the National School Nutrition Programme (PNAE), both have made possible the inclusion of family farmers in local or institutional markets, contributing to the increase in income and local development process sustainable. The methodology for realization of the work, gave from the gathering, organization and analysis of secondary data, such as booklets and institutional reports, in addition to bibliographic review on PAA and PNAE.

Keywords: Public policy, local development, family farming.

1 INTRODUÇÃO

A discussão da agricultura familiar nos remete a caracterizar e delimitar a sua essência considerando a trajetória desses produtores no que dizem respeito ao movimento temporal, os interesses individuais e coletivos, a busca de um espaço para produção e os desafios e oportunidades que se apresentam como estratégias de produção e sobrevivência com conteúdo socioespacial diverso, além dos diferentes tipos de agricultores possuindo seus próprios



interesses particulares, no que se refere a estratégias de sobrevivência e produção (SILVA, 2012)

Agricultura familiar está cada vez mais diversa além da sua produção tradicional no espaço rural, sendo nesse sentido a família mesmo tempo que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no seu próprio estabelecimento produtivo, formando a combinação “família-produção-trabalho” assume uma grande diversidade de formas sociais (FERREIRA; CRUZ, 2012), atualmente, essa agricultura familiar, está cada vez mais se reproduzindo em espaços urbanos (agricultura urbana), mas com frequência nas zonas periféricas das grandes cidades (agricultura peri-urbana).

A agricultura urbana tem sido presente em vários municípios no Brasil, se caracteriza como “produção agrárias nos limites do espaço urbano, com uma dinâmica multidimensional, podendo envolver produção, transformação, [...] vincula potenciais de comercialização e articulação entre locais e localidades próximas” (WANDSCHEER; MEDEIROS 2012, p.17).

Apesar da expansão urbana nas grandes cidades e metrópoles, a ampliação da reprodução rural é cada vez mais visível como na região metropolitana de Belém (RMB), como nos municípios de Marituba-PA, no estudo de Silva (2012), a autora vai explicar a reprodução desses agricultores na RMB, que mesmo em espaços urbanos ou próximos a ele se desenvolve suas praticas agrícolas, utilizando além das políticas públicas do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) como ajuda de credito rural, estratégias para produzir se incluir na comercialização garantindo renda.

A produção da agricultura familiar está fortemente caracterizada por riscos ambientais, mudança climática, além da incidência de pragas e doenças. Outro risco e a competitividade do mercado, e instabilidade nos preços recebidos pelo produto, em função de suas características de concorrência. Estes riscos e incertezas, geralmente, traduzem-se em falhas de mercado pelo impacto que causa às condições de equilíbrio do mercado spot (mercado instantâneo em que os pagamentos são realizados à vista, com a entrega imediata dos produtos – essas transações são comuns com os atravessadores e direto com os consumidores ou com feirantes).

Para atenuar as dificuldades o governo federal criou o mercado institucional para apoiar a produção por meio do aporte de crédito no âmbito do (PRONAF) e a comercialização e inserção no mercado mediante as compras pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O objetivo do estudo e analisar o processo de inclusão produtiva das famílias de produtores



rurais a partir da aplicação dos programas PAA e PNAE considerando os resultados para o Brasil e, em especial, aos municípios do estado do Pará.

Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizados dados secundários e revisão bibliográfica das políticas públicas como editais, cartilhas. O artigo está estruturado em quatro seções incluindo esta introdução, no primeiro tópico constituiu-se na discussão sobre conceito de agricultura familiar e sua espacialização em espaços urbanos. No segundo tópico iremos discutir sobre as dificuldades e os desafios à comercialização desses agricultores familiares que ficam a margem de um mercado seja local ou institucional, sem um aparato técnico e uma logística que auxiliem no seu desenvolvimento local. Em seguida no terceiro tópico, vamos apresentar a ação das políticas públicas PAA e PNAE como Inclusão Socioeconômica, com a agricultura familiar inserida num mercado seja ele local ou institucional, dando alternativas de desenvolvimento.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA ESPACIALIZAÇÃO NO URBANO

Para iniciarmos este estudo, e ter um melhor entendimento acerca do tema, iremos discutir o conceito de agricultura familiar e urbana, para que posteriormente se possa ter um entendimento, acerca de como as políticas alteram as relações estabelecidas por este grupo social.

Na agricultura familiar é mais que uma forma de organização de produção e sim um modo de vida, as questões culturais próprias, a valorização do ambiente, que vem ao longo dos anos resistindo o desenho moderno da agricultura empresarial. (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2013). Essa categoria vem se ampliando em espaços urbanos, agricultores que criam alternativas de desenvolvimento de reproduzir uma atividade agrícola, chamando assim agricultura urbana, localizadas nos centros urbanos ou mais comum nas zonas periféricas (agricultura peri-urbano), sendo essa agricultura definida como unidades agrícolas “sendo granjas comerciais ou semi-comerciais que cultivam hortaliças e produtos semi-processados, criam frangos e outros animais, e produzem leite e ovos. A diferença de conceito baseia-se apenas no espaço onde ocorre” (ARRUDA, 2006, p.9)

Para tratarmos deste conceito inserido na realidade e coexistência entre espaço urbano e rural, devemos compreender a ideia de agricultura urbana, esta é, portanto diferente da agricultura rural, mas ao mesmo tempo complementar, pois está integrada no sistema econômico e ecológico urbano (MOUGEOT, 2005), a agricultura urbana é construída e



estimulada principalmente por dois fatores à pobreza urbana e a insegurança alimentar. Este tipo de agricultura é de grande importância para o abastecimento das cidades que é facilitado devido a sua localização mais próxima dos centros urbanos.

Um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou Peri urbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. (SANTANDREU; LOVO. 2007 p. 11)

O espaço urbano é em todos os tempos um conjunto de relações e organizações sociais que se materializam em um dado local, relações estas que estão inseridas na cidade e, portanto na agricultura urbana, percebe-se então que a cidade é múltipla, devido a sua variedade de relações. Santos (2012) se refere às relações de trabalho que produzem o espaço urbano, de modo que:

A urbanização não é apenas um fenômeno social, ou econômico, ou político, mas também um fenômeno espacial. Como toda e qualquer outra forma de repartição no espaço, é dependente da maneira como os instrumentos de trabalho e os fatores de produção se distribuem. Há, portanto, uma relação de causa e efeito recíprocos entre a cidade, como ela se organiza materialmente, e a urbanização, como ela se faz. (SANTOS, 2012, p. 14)

A agricultura urbana é, portanto uma parcela das relações que se materializam na cidade. As relações tratadas aqui, nos levam a entender estas práticas inseridas na cidade e produzidas por pequenos produtores, sendo parte do que Santos (2008) denomina de circuito inferior da economia urbana, este circuito é composto por atividades e serviços não modernos, sendo em geral provido pelo nível de venda e varejo e pelo comércio em menor escala, empregaria assim o trabalho intensivo em lugar da alta tecnologia. Este conceito pode ser facilmente empregado para o caso da agricultura familiar no espaço urbano.

3 DIFICULDADES E DESAFIOS À COMERCIALIZAÇÃO

A agricultura familiar vem se afirmando como mais que uma forma de organização da produção, sendo um importante segmento estratégico para população seja ela como visto em espaços rurais e também espaços urbanos.

Apesar de inúmeras estratégias criadas pelos agricultores para a produção, ainda existem algumas dificuldades na sua inserção e comercialização dos seus produtos nos mercados locais como em supermercados, feiras ao ar livre, restaurantes e entre outros



(PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2013), sendo que em grandes partes desses agricultores “não há um domínio, por parte deles, do processo produtivo nem um acompanhamento pela assessoria técnica” (FBB, 2013, p.10).

Nos estudos da Fundação Banco do Brasil (2013), que além da dificuldade do agricultor familiar não conseguir vender seus produtos, existe a concorrência ferrenha no espaço agrícola brasileiro, o agricultor sem uma logística e sem conhecimento do mercado, deixa assim a margem da centralidade do comércio.

Observa-se que a concorrência dos mercados atacadistas e a forte influência do agronegócio nas diferentes regiões tornam-se também um obstáculo para que os agricultores familiares tenham condições de escoar sua produção. Neste sentido, é fundamental criar estratégias diversificadas de acesso a mercados e, com isso, promover a inserção econômica da família neles e a democratização desse processo insertivo. (FBB, 2013, p.10).

Ao lançar luz sobre o território paraense e o reflexo da falta de políticas públicas e projetos em alguns municípios, observa-se que no município de Pacajá situado no Sudoeste do Estado do Pará, os pequenos produtores ficam a margem do mercado por não ter excedente em quantidade para negociar no mercado *spot* e a falta de crédito agrícola. O que falta seria uma “implantação de um projeto de assentamento para regularização fundiária da área e para terem acesso ao crédito agrícola” (OLIVEIRA & ROCHA, 2011, p.139), para uma exploração sustentável dos recursos, e planejamentos produzidos para suprimir a realidade local.

Muitos agricultores não recebem as políticas públicas por não terem a sua regularização fundiária, também o difícil acesso a essas comunidades rurais, ficando assim fora do circuito econômico local e regional.

Figura 1 – Assentamento Moça Bonita Vicinal Cururuí



Fonte: Projeto Espaço e cotidiano em Pacajá (PA): Representações da vida à beira da “Faixa”. PANTOJA, 2013. (Documentário)

Essa realidade do não recebimento das políticas públicas acontece no assentamento Moça Bonita localizada em Pacajá, numa das vicinais da Transamazônica, possuindo cerca de 120 famílias sendo 110 assentadas. Nesse espaço apresenta uma infraestrutura bem precária



(figura 1) e com altos índices de malária e dengue, foram assentados com ajuda do INCRA, com créditos rurais para produção de arroz e comercialização de frutas regionais, mas com o fim do crédito o assentamento está passando por vários empecilhos para seu desenvolvimento, a educação, estradas, e saúde e ajuda na produção são as principais reclamações da população local do assentamento, que enfrenta o cotidiano com a ajuda mútua e parcerias e aclama para uma melhora na sua condição de vida, uma política publica que olhe para o local.

4 A AÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAA E PNAE COMO INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA

Para amenizar os níveis de pobreza no Brasil e dar uma assistência ao pequeno produtor, principalmente no meio rural, foram criadas políticas públicas, desenvolvidas a partir de meados de 1990, dentre elas aquelas que visa inserir os pequenos produtores rurais em atividades produtivas, realizadas em suas unidades agrícolas, e que proporcionassem a geração de excedentes comercializados nos mercados locais, gerando renda e mantendo ocupado os produtores e seus agregados familiares no uso da terra de forma a contribuir efetivamente para redução do êxodo rural.

Uma das políticas pública para fortalecer a agricultura familiar, criado no ano de 2003 pelo Governo Federal foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cujo seu objetivo de comercializar e favorecer a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (Krag, 2013), sendo que esse programa faz parte do Programa Fome Zero, para atender populações em condições de insegurança alimentar. Com programa PAA o governo propicia a compra de produtos da agricultura familiar, formando o chamado mercado institucional.

A criação do mercado institucional de alimentos trouxe geração de emprego e renda para as propriedades familiares, facilitando o acesso ao mercado, “proporcionando facilidade na organização dos produtores e de sua produção agropecuária, incentivando a produção mais racional de alimentos e a transformação e agregação de renda à produção primária” (FERREIRA; CRUZ, 2012 p.12).

O mercado institucional tem por objetivo fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento local, mediante a regulamentação da comercialização de produtos direto dos produtores e suas organizações para os governos municipais e estaduais. Na configuração desse mercado, tem-se o PAA, que dispensa licitações para a aquisição de produtos da



agricultura familiar a um preço acima do praticado no mercado spot, desde que enquadrados no PRONAF.

Enquanto objetivos do PAA:

i) incentivar a produção de alimentos pelos agricultores familiares mais pobres, contribuindo assim para sua segurança alimentar; ii) gerar renda entre os agricultores familiares mais pobres com a venda do excedente de sua produção ao governo federal; iii) incentivar a criação ou o desenvolvimento de canais de comercialização da produção familiar nas comunidades onde estes eram frágeis ou inexistentes; iv) ampliar os estoques de alimentos para a distribuição pelos programas alimentares, procurando garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; e v) promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. (PERACI; BITTENCOURT, 2010, p. 197).

Os produtos adquiridos nos municípios via PAA são destinados ao atendimento de pessoas com insegurança alimentar, bem como para a formação de estoques estratégicos, em apoio à produção sustentável. Deve-se observar que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos nos municípios com recursos do PAA deve ser de origem dos agricultores familiares locais.

A estruturação e operação desse mercado, orientado para comercializar produtos da agricultura familiar tende a cumprir papel importante no processo de desenvolvimento local, a partir do estímulo à geração de excedentes comercializáveis crescentes ao longo do tempo, mediante a produção individual e/ou coletiva e inserção de muitos produtos no mercado. A exigência em qualidade e a premiação à produção de baixo carbono contribuem para aumentar a competitividade desse segmento produtivo.

Tabela 1 - Número de produtores, volume de recursos e pessoas beneficiadas pelo PAA no Brasil de 2003 a 2011.

Ano	Agricultores Participantes	Valores (Milhões R\$)	Pessoas Atendidas
2003	41.988	164,7	39.500
2004	68.700	179,3	3.339.189
2005	87.439	333,1	4.356.191
2006	111.030	374,3	8.681.933
2007	92.372	228,3	7.580.948
2008	91.622	275,9	10.643.207
2009	137.185	363,4	13.345.908
2010	155.166	379,7	16.622.430
2011	161.121	665,3	20.178.450

Fonte: HESPANHOL, 2013, p. 6.

Com o início do programa em 2003, o número de participantes e o fortalecimento da agricultura familiar vem aumentando, “o MDS foi responsável por mais de 89% dos recursos utilizados no programa” (HESPANHOL, 2013, p.4). Em alguns municípios, como Dracena-SP, o PAA beneficiou os agricultores da região aumentando a sua renda, nas modalidades de Compra para Doação Simultânea e de Formação de Estoque (ANTUNES; HESPANHOL, 2011). Em Santa Catarina “constatou que programa ajudou aos agricultores a planejar melhor



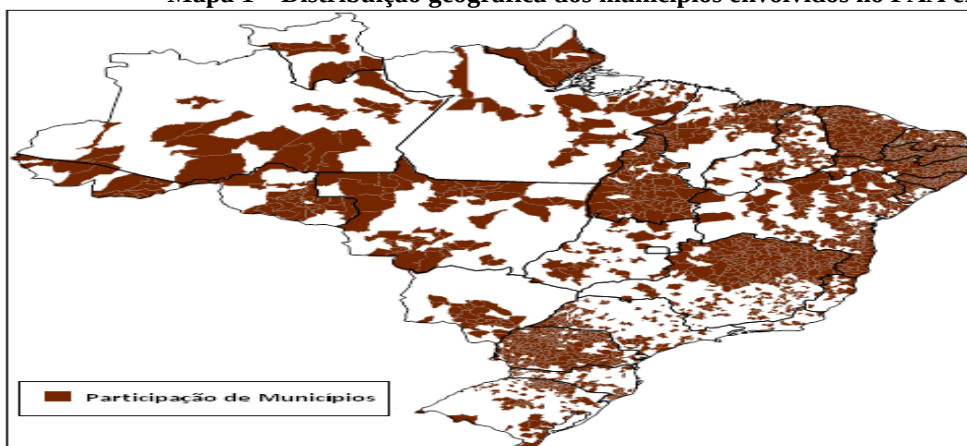
a produção e a receberem preços mais justos” (LUCENA; LUIZ, 2009, p. 2). O programa, nesse sentido quando efetivado nesses municípios, melhorou a qualidade de vida local, com mercado, logística e renda para a população.

Na ótica da teoria do desenvolvimento local, a implantação do PAA pode atingir questões estruturais, específicas e locais como: a dimensão dos direitos sociais da cidadania; abertura para os mercados por parte dos governos locais; maior participação local nas decisões públicas; identificar as parcerias com EMATER, as cooperativas e os produtores; oportunidades de investimento; o que pode resultar na valorização (econômica, social etc.) do território em que as ações e relações são desenvolvidas (ANTUNES; HESPANHOL, 2011).

Esse desenvolvimento local com o PAA, Balsadi (2004) analisou os resultados verificados nos primeiros meses de operacionalização do Programa no município de Ceará Mirim (RN), em 2003, mostrou alguns resultados muito positivos e alentadores em relação ao futuro do Programa, especialmente no que se refere à melhoria da renda dos agricultores beneficiados.

Na distribuição dos recursos do Programa, observamos que algumas regiões como Sul (19%), Sudeste (30%) e Nordeste (30%) receberam juntas 79% do total dos recursos aplicados no ano de 2013, participando com o maior número de municípios dessas regiões (mapa 1).

Mapa 1 – Distribuição geográfica dos municípios envolvidos no PAA em 2010



Fonte: MDA. Balanço anual PAA. (2010). Adaptação dos autores

Enquanto as regiões Centro-Oeste (10%) e do Norte (10%) não tiveram grandes participação com recebimento dos recursos, no Centro-Oeste a sua baixa participação, foi devido aos grandes *commodities*, a soja como a grande detentora da produção da região, e no Norte pela grande extensão territorial e dificuldades no acesso e escoamento dos produtos, consolidando um grande desafio especialmente às comunidades mais distantes. (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2013).

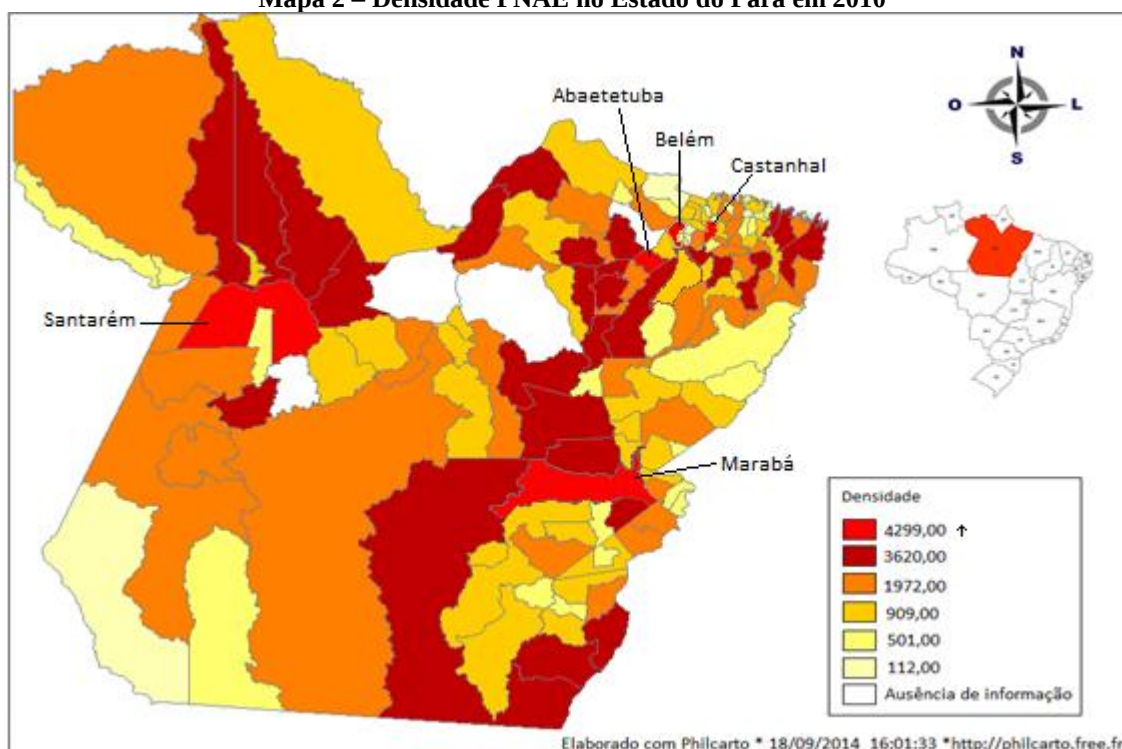


Outra política pública para fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar é PNAE (Programa Nacional Alimentação Escolar) criada com a lei de nº 11.947/2009 (que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica). O Programa faz uma conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pelo PNAE em especial no que tange:

Ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e; ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar. (FNDE, 2013, p.3)

Enquanto a sua espacialização no estado do Pará (Mapa 2), podemos observar que grande parte do seu território participa do PNAE, apenas quatro municípios de fora do programa: Placas, Porto de Moz, Portel e Pontas de Pedras (Ausência informação).

Mapa 2 – Densidade PNAE no Estado do Pará em 2010



Fonte: MDA. Repasse FNDE e Participação Agricultores. 2010. Elaboração dos autores.

Como destaque da densidade (repasse do FNDE 30% e participação dos agricultores) observado no mapa 2, os municípios de Santarém possui o maior número de densidade com (8299,00) seguido de Belém (7500,00), Abaetetuba (6143,00), Marabá (5685,00) e Castanhal (5505,00). Alguns municípios apresentaram pouca participação no programa, no caso as prefeituras e secretarias municipais quem compra e problemas com quem vende, no caso agricultores sem o DAP (Declaração de Aptidão) ao PRONAF física ou jurídica, sem esse documento o agricultor não poderá ter acesso à política pública.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a plena expansão da agricultura familiar para além do espaço rural, chegando às cidades, sendo uma alternativa de desenvolvimento num lugar com grandes competitividades. As políticas públicas no sentido de fomentar a reprodução dessas atividades agrícolas em espaços sejam eles agrários ou urbanos são importantes para melhorar além da condição de vida desses produtores, mas, incluindo no mercado seja local ou institucional.

A partir da década de 1990 com os incentivos dessas políticas públicas relacionadas à distribuição de renda e outros benefícios com foco no combate à fome e a pobreza, pode-se observar que o Brasil teve uma redução de aproximadamente 2,33 pontos percentuais do número de pobres na década de 1990, saindo de 40,08%, em 1991, para 32,75% em 2000. No caso do Estado do Pará essa redução, para o mesmo período, foi de 6,93 pontos percentuais, saindo de 53,85%, em 1991, para 46,92%, em 2000 (IDESP, 2012).

Mas como visto essas políticas públicas não chegam a algumas regiões especificamente no Norte do Brasil, dando exemplo do assentamento de Moça Bonita em Pacajá que sem os créditos rurais e ainda por estarem num lugar de difícil acesso não consegue se inserir no mercado local, e acaba prejudicando a comercialização e nível de renda da população. E PNAE quatro municípios de fora do programa como: Placas, Porto de Moz, Portel e Pontas de Pedras.

Por fim, salienta-se que o estudo é uma contribuição para o entendimento dos programas PAA e PNAE como indutores de um processo de desenvolvimento endógeno amplo e em curso nas diferentes regiões do país e cujos resultados estão fortemente ligados à dinâmica demográfica, fundiária, ambiental, de produção e infraestrutura vigente em cada território.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP: análise do programa de hortas comunitárias como subsídio para políticas públicas**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. 2006.

BALSADI, O. V. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: os primeiros resultados obtidos em 2003**. In: Informações Econômicas, SP, v.34, n.5, maio 2004.



FBB, Fundação Banco do Brasil. **Estratégias de Acesso a Mercados para Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://aao.org.br/aao/pdfs/publicacoes/cartilha-estrategia-de-acesso-a-mercados-para-a-agricultura-familiar-fundacao-banco-do-brasil.pdf>. Acessado em 05 de setembro de 2014.

FERREIRA, N; CRUZ, J. **Mercado Institucional como Fortalecedor da Agricultura Familiar e Promotor da Segurança Alimentar e Nutricional**. 2012. Disponível em: revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2478. Acessado em 23 de Agosto de 2014.

KRAG, M.; **Programas de fortalecimento à agricultura familiar PAA, PNAE, DAP, PDA E PRA**. 2013. Pesquisa Documental: UFRA.

LUCENA, E. K; LUIZ, M. J. **Uma avaliação da importância do programa de aquisição de alimentos (PAA) na agricultura familiar do município de Ceará mirim (RN)**. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/13/944.pdf. Acessado em 25 de Novembro de 2013.

OLIVEIRA, Eliene S; ROCHA, Carla Giovana S. **Percepções a Problemática Ambiental pelos Agricultores Familiares do Sudoeste Paraense, Município de Pacajá**. 2011. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/5823/4827>. Acessado em: <10 de Agosto de 2014>.

PANTOJA, Wallace Wagner R. **Representações da vida à beira da “Faixa”** (Documentário) 2013.

PAULA, M; KAMIMURA, Q.; SILVA, J. **Mercados institucionais na agricultura familiar Dificuldades e desafios**. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/RPA%201%202014%20-%20sem%20a%20marca%20do%20governo.pdf. Acessado: 5 de agosto de 2014.

PERACI, A. S.; BITTENCOURT, G. A. Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. de. **Fome Zero: e experiência brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.unama.br:8080/Colunas/ServletVerArquivo?idColuna=301>>. Acesso em 10 set. 2014.

SANTOS, M. **Os Dois Circuitos da Economia Urbana e suas Implicações Espaciais**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Por uma economia política da cidade**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SILVA, Patrícia Oliveira. **A reprodução da agricultura familiar na Região Metropolitana de Belém no início do século XXI: um estudo acerca dos agricultores dos bairros de Almir Gabriel e Uriboça no município de Marituba – Pará**. Disponível em: <http://www3.ufpa.br/ppgeo/Patricia%20Oliveira%20da%20Silva.pdf>. Acessado em: 6 de junho de 2014.



WANDSCHEER, E.; MEDEIROS, Rosa. **Agricultura Urbana Em Belém Do Pará:**
Atividade Produtiva, Dinâmicas Socioeconômicas E Organização Espacial. Geo UERJ - Ano
14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 192-222